

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL

Aos treze dias do mês de julho de 2022, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I Parte – 15h00

**Audição do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a requerimento do PSD, sobre a situação financeira da instituição.**

#### II Parte – 16h15

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 12, de 6 de julho de 2022;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Análise e decisão sobre o escrutínio da [COM\(2022\)655](#) — Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a um procedimento de pedido único de concessão de uma autorização única para os nacionais de países terceiros residirem e trabalharem no território de um Estado-Membro e a um conjunto comum de direitos para os trabalhadores de países terceiros que residem legalmente num Estado-Membro (reformulação) - a enviar à CAE até 19 de setembro de 2022, escrutínio conjunto com a 1.ª Comissão;**

**Relator: Grupo Parlamentar do PSD**

4. **Debate, a realizar nos termos do [artigo 24.º-A](#) da Lei do Exercício do Direito de Petição, sobre a [Petição n.º 256/XIV/2.ª](#) — Regulamentação das Profissões de Informação Turística, e apreciação e votação do respetivo relatório final;**

**Relator: Deputado Gilberto Anjos (PS)**

5. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**

- **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre as falhas no sistema de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens, que culminaram na morte de uma menor de 3 anos.**

- **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a realização de uma audição pública sobre as prestações sociais dirigidas a crianças e jovens, com a presença das seguintes entidades:**

- **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;**
- **Secretária de Estado da Inclusão;**
- **Presidente do Instituto de Segurança Social;**
- **Associações de Pais de crianças e jovens com deficiência;**



## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL

- Associações de apoio a crianças e jovens com deficiência;
- Instituto de Apoio à Criança.

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), sobre a ausência de publicação dos relatórios de atividade desde 2019.

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) sobre o Relatório Anual de Avaliação da Atividade de 2021;

#### 6. Outros assuntos.

---

Aberta a [reunião](#), a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou os Senhores Deputados, entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia.

#### I Parte – 15h00

**Audição do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a requerimento do PSD, sobre a situação financeira da instituição.**

A Senhora Presidente saudou o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Edmundo Martinho, bem como os restantes elementos da SCML que o acompanhavam, designadamente, a Dra. Ana Rita França, assessora, e a Dra. Maria João Matos, diretora da Direção de Comunicação e Marcas, tendo, de seguida, dado a palavra ao Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD), para apresentação do [requerimento](#) que motivou a realização daquela audição.

Em resposta, tomou a palavra o Senhor Provedor da SCML, momento a que se seguiu a ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, no decurso da qual a condução dos trabalhos foi assumida pela Vice-Presidente da CTSSI, Deputada Ana Bernardo, e em que usaram da palavra as Senhoras e Senhores Deputados Cristina Sousa (PS), Nuno Carvalho (PSD), Jorge Galveias (CH), Rui Rocha (IL) e José Moura Soeiro (BE). O Senhor Provedor da SCML respondeu, a final, ao conjunto das questões colocadas e das temáticas abordadas.



## **Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

### **ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL**

Antes de dar por concluída a audição, a Senhora Vice-Presidente agradeceu a presença do Senhor Provedor da SCML e todos os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada em suporte [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

#### **II Parte – 16h15**

A Senhora Presidente da 10.ª Comissão, Deputada Isabel Meirelles, reassumiu então a condução dos trabalhos, entrando-se de imediato na apreciação dos restantes pontos da Ordem do Dia:

##### **1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 12, de 6 de julho de 2022;**

A ata identificada foi aprovada por unanimidade, registando-se neste momento a ausência do GP do BE.

##### **2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

A Senhora Presidente anunciou que, no seguimento da sua discussão na sessão plenária de 8 de julho, haviam baixado à Comissão catorze iniciativas, que seriam tramitadas pelo Grupo de Trabalho já criado para o efeito, sendo que destas, apenas a [Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª \(GOV\)](#) - «Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno» e o [Projeto de Lei n.º 175/XV/1.ª \(PAN\)](#) - «Altera o regime de faltas por motivo de luto gestacional, procedendo à alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro» tinham sido aprovadas na generalidade, baixando as demais sem votação - projetos de lei do GP do BE e dos Deputados únicos representantes dos partidos (DURP) L e PAN. A este respeito, a Senhora Presidente exortou os Grupos Parlamentares que ainda não o tinham feito a indicarem os seus representantes neste Grupo de Trabalho dedicado à alteração da legislação laboral e à Agenda do Trabalho Digno.

**Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

**ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL**

3. **Análise e decisão sobre o escrutínio da [COM\(2022\)655](#) — Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a um procedimento de pedido único de concessão de uma autorização única para os nacionais de países terceiros residirem e trabalharem no território de um Estado-Membro e a um conjunto comum de direitos para os trabalhadores de países terceiros que residem legalmente num Estado-Membro (reformulação) - a enviar à CAE até 19 de setembro de 2022, escrutínio conjunto com a 1.ª Comissão;**  
**Relator: Grupo Parlamentar do PSD**

Não se verificando nenhuma oposição ao escrutínio desta iniciativa europeia pela Comissão, o GP do PSD comprometeu-se a indicar posteriormente o nome do relator.

4. **Debate, a realizar nos termos do [artigo 24.º-A](#) da Lei do Exercício do Direito de Petição, sobre a [Petição n.º 256/XIV/2.ª](#) — Regulamentação das Profissões de Informação Turística, e apreciação e votação do respetivo relatório final;**  
**Relator: Deputado Gilberto Anjos (PS)**

O Senhor Deputado relator procedeu à apresentação do relatório desta iniciativa, fazendo referência à primeira peticionária, ao número de subscritores e ao momento de entrada no Parlamento, ao objeto e ao enquadramento legal e às diligências encetadas, não pressupondo esta petição a sua apreciação pelo Plenário, mas sim a discussão em Comissão, para além da audição de peticionários e da publicação no Diário da Assembleia da República, já concretizados. Em conclusão, verificado o cumprimento dos requisitos formais, propôs que fosse dado conhecimento da petição e do respetivo relatório aos Grupos Parlamentares, aos Deputados únicos representantes de partido e ao Governo, com posterior remessa ao Senhor Presidente da Assembleia da República, tendo em vista o seu arquivamento.

Depois de a Senhora Presidente ter agradecido o trabalho desenvolvido, tomou da palavra o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que reiterou o que já afirmara em sede de audição de peticionários, informando que, apesar de a Assembleia da República (AR) não estar inibida de regulamentar esta e outras profissões, avançariam com uma recomendação ao Governo nesse sentido, esperando poder retomar em breve esta discussão, já que não fora possível apresentar o projeto de resolução a tempo de ser debatida em conjunto com a petição. A este propósito, lembrou ainda que o seu Grupo Parlamentar já requerera a audição em Comissão do Secretário de Estado do Trabalho e da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) relativamente à regulamentação de outra atividade (animação sociocultural), tendo



## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL

nessa altura sugerido a abertura do debate a outras profissões, entre as quais esta, dos guias-intérpretes.

Findo o período de discussão, o relatório foi submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade.

#### 5. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre as falhas no sistema de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens, que culminaram na morte de uma menor de 3 anos.**

A Senhora Presidente começou por dar a palavra ao Senhor Deputado Jorge Galveias (CH), que apresentou de forma sucinta o requerimento em epígrafe, frisando que era pública a atenção dedicada pelo seu Grupo Parlamentar a dois *targets* mais vulneráveis: idosos e crianças. Neste âmbito, tendo em conta o sucedido com vários menores, e não apenas com a criança Jéssica, de Setúbal, afirmou que o Estado não fazia o suficiente para evitar a morte de crianças sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), revelando-se assim urgente apurar a causa destes trágicos desfechos. Posto isto, registou que o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ em 2021 sinalizara o aumento do número de crianças e jovens em risco no ano passado, totalizando mais de 43.000 crianças (um aumento de 8,3%). Deste modo, defendeu que era importante que a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) viesse explicar estas falhas, para que pelo menos se minimizasse este grave problema.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que adiantou que o GP do PS votaria contra o requerimento, por entender que reunia um conjunto de incongruências, desde logo por fazer alusão ao caso de uma criança alvo de sequestro e homicídio, que se encontrava em investigação pelas autoridades judiciais, e ao mesmo tempo pedir a audição da Senhora MTSSS; por outro lado, porque cabia ao Ministério Público (MP) promover as medidas de proteção junto dos tribunais; por fim, porque as CPCJ não dependiam hierarquicamente do MTSSS. De resto, ventilou ainda que o seu Grupo Parlamentar acompanhara um requerimento apresentado pela DURP do PAN na 1.ª Comissão, para audição de várias entidades, precisamente sobre esta temática, e



## **Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

### **ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL**

também sobre a prevenção e o combate à violência doméstica, que não deixariam seguramente de abordar a situação das crianças e jovens em risco.

Foi então concedida a palavra à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), que de igual modo disse não acompanhar o requerimento, até pelo próprio teor do texto, não podendo a tragédia que aconteceu ser objeto de aproveitamento político, muito menos para responsabilizar os profissionais das CPCJ por este desenlace. Com efeito, lembrou as dificuldades que estes profissionais enfrentavam no desempenho das suas funções, matéria que aliás tinha sido alvo de uma pergunta do GP do PCP ao Governo. Sublinhou ainda que a questão não era legislativa, mas sim de escassez de meios para a prossecução dos seus objetivos. Tendo em conta o já comentado requerimento aprovado na 1.ª Comissão, que também acompanharam, acrescentou que nada impedia que os Deputados desta Comissão pudessem participar nesse debate.

Usou depois da palavra o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD), que assinalou que constava da Ordem do Dia um requerimento do seu Grupo Parlamentar que visava precisamente a audição da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), distinguindo o objeto do requerimento do GP do CH da sua forma, na qual não se reviam, e não deixando de vincar que o acompanhamento deste problema também cabia à CTSSI, e não apenas à 1.ª Comissão.

Neste momento, usou da palavra o senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que, considerando o que já havia sido dito antes, as audições pendentes na 1.ª Comissão, o requerimento do GP do PSD e também que pior que a tragédia, só mesmo a tentativa de aproveitamento político da mesma, transmitiu que votariam contra.

Interveio então o Senhor Deputado Rui Rocha (IL), que subscreveu a generalidade dos argumentos aduzidos, pelo que também não acompanhou o requerido.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) notou que muitas vezes eram as tragédias que chamavam a atenção para a necessidade de resolução de alguns problemas, ainda para mais este, que se arrastava no tempo, completando que



## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL

não havia aproveitamento de nenhuma criança, e invocando até os incêndios de 2017, que ainda hoje eram exibidos como mau exemplo. Reforçou ainda que se tratava de um grave problema de falta de sinalização, e que as audições aprovadas na 1.ª Comissão não impediam a apreciação pela 10.ª Comissão.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, PCP e BE, os votos a favor do CH e a abstenção do PSD e do IL.

**- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a realização de uma audição pública sobre as prestações sociais dirigidas a crianças e jovens, com a presença das seguintes entidades:**

- **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;**
- **Secretária de Estado da Inclusão;**
- **Presidente do Instituto de Segurança Social;**
- **Associações de Pais de crianças e jovens com deficiência;**
- **Associações de apoio a crianças e jovens com deficiência;**
- **Instituto de Apoio à Criança.**

Neste ponto, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) alegou que, face a uma realidade de fragilização dos direitos das crianças, e juntando ao subsídio de educação especial, já abordado em reunião anterior da CTSSI, a bonificação por deficiência e a inclusão das crianças na Prestação Social para a Inclusão (PSI), a que acresciam preocupações com o abono de família, propôs um âmbito mais alargado para a audição, que não apenas o das crianças e jovens com deficiência, o que, de resto, justificava que a iniciativa fosse organizada pela CTSSI, e não em Grupo de Trabalho (GT). Isto posto, mostrou abertura para que pudessem ser convidadas outras entidades para além das elencadas no requerimento, apelando a que, caso o requerimento fosse aprovado, se pudesse avançar com a maior brevidade possível.

A este respeito, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) não só afirmou que votariam a favor, considerando a pertinência do tema, como também solicitou ao GP do PCP a apresentação de uma proposta de programa.

Também o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) acompanhou o pedido expandido, salientando, porém, que vinham sendo aprovados vários requerimentos para audições, e realçando que a Presidente do Instituto de Segurança Social (ISS) já fora ouvida sobre este tema, repetindo o que já fora explanado nessa altura: nem o subsídio



## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL

de educação especial fora alvo de cortes, nem tampouco tinham sido alteradas as regras de atribuição desta ou de qualquer outra prestação.

Em sentido contrário, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) advogou que a análise deveria ser feita de acordo com os dados anuais e não mensais, segundo a Senhora Presidente do ISS, o que fundamentava o voto contra do seu Grupo Parlamentar.

Já os Senhores Deputados Nuno Carvalho (PSD) e Rui Rocha (IL) concordaram que o debate podia ser importante para esclarecer algumas questões pendentes, alertando para a sensibilidade do assunto, e fazendo sentido encetar esta esforço adicional na concretização da apreciação pública.

Finalizadas as intervenções, o requerimento foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD, IL, PCP e BE e os votos contra do CH.

- **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), sobre a ausência de publicação dos relatórios de atividade desde 2019.**
- **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) sobre o Relatório Anual de Avaliação da Atividade de 2021.**

O GP do PS requereu o adiamento da apreciação destes dois últimos requerimentos para a reunião da Comissão da semana seguinte. Não obstante, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) aventou que as audições demandadas já resultavam do plano de atividades aprovado, constituindo mesmo uma obrigação para a Comissão.

Em resposta, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) reconheceu que o GP do BE tinha razão, mas que as duas entidades persistiam no incumprimento da entrega dos devidos relatórios, devendo ambas ser ouvidas com urgência.

#### **6. Outros assuntos.**

No último ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente recordou que havia sido distribuída por todos a comunicação da indisponibilidade de a Senhora MTSSS cumprir





## **Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

### **ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL**

as audições requeridas antes da data agendada para a próxima audição regimental (a 14 de setembro), colocando assim esta questão em debate.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) sugeriu que as audições a requerimento ocorressem imediatamente antes da regimental, até em função da reduzida indisponibilidade revelada, não deixando de lamentar que estas audições não se realizassem até ao final de julho, atendendo até ao agravamento das situações expostas, no que foi acompanhada pelo Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que anuiu que se somassem rondas prévias à audição já calendarizada para 14 de setembro.

Também o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) concordou com esta metodologia, renovando o alerta sobre a acumulação de trabalho na Comissão. Por outro lado, considerou que não fazia sentido falar em adiamento ou indisponibilidade da Senhora MTSSS, que ainda na semana anterior estivera diariamente no Parlamento.

Por seu turno, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) alegou que todos ganhavam com a prestação de céleres esclarecimentos: o Parlamento, os Deputados, mas também os próprios Ministros, referindo que uma disponibilidade tão dilatada como a que estava a ser manifestada eliminava em absoluto o papel de fiscalização da AR, ao arrepio das preocupações dos cidadãos. A continuar assim, debater-se-iam questões que há muito já haviam sido colocadas em cima da mesa, o que não era bom para ninguém, passando a ideia que o país e a AR funcionavam a velocidades diferentes. Por fim, não deixou de contrapor que a presença da Senhora Ministra no Parlamento não significava necessariamente que estivesse a responder e a esclarecer os Deputados de forma qualitativa.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17:04 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de julho de 2022.



**Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

**ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL**

**A PRESIDENTE**

**(ISABEL MEIRELLES)**



**Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

**ATA NÚMERO 13/XV/1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura (PS)  
Ana Bernardo (PS)  
Cristina Mendes da Silva (PS)  
Cristina Sousa (PS)  
Gilberto Anjos (PS)  
Jorge Gabriel Martins (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Paula Reis (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Sérgio Monte (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Emília Cerqueira (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
Hugo Maravilha (PSD)  
Isabel Meireles (PSD)  
Joana Barata Lopes (PSD)  
Nuno Carvalho (PSD)  
Jorge Galveias (CH)  
Rui Rocha (IL)  
Diana Ferreira (PCP)  
José Moura Soeiro (BE)  
Ana Isabel Santos (PS)  
Francisco César (PS)  
Mara Lagriminha Coelho (PS)  
Lina Lopes (PSD)  
Maria Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)  
Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

---